

## O Exílio em Revista

Pedro Benetti

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

**Resumo.** O texto que segue busca compreender, de maneira sucinta, o lugar ocupado pelo exílio e pelos exilados na trajetória das esquerdas brasileiras. Pretende-se com isso observar se e como a experiência do exílio exerceu influência sobre as transformações ocorridas em vários espaços das esquerdas brasileiras no decorrer da década de 1970. O tema do exílio será tomado como um ângulo de abordagem para a questão da delicada relação entre revolução e democracia no Brasil. Para cumprir este objetivo – o de perceber a influência do exílio e dos exilados na linguagem política das esquerdas brasileiras em sua reflexão sobre a democracia – serão analisados os exemplares da revista *Debate*, editada por João Quartim de Moraes durante seu exílio em Paris. Longe de pretender a compreensão de toda a experiência do exílio em sua diversidade e riqueza, esta opção permite acompanhar um grupo que refletiu e se manifestou sobre a democracia como uma prioridade desde cedo.

**Palavras-chave:** democracia; exílio; transição; periódicos/revistas; revolução.

### The Exile Revisited

**Abstract** The following text aims to understand the role played by the exile experience in the trajectory of the Brazilian left. The goal is to reflect on the influence of this experience in the changes lived by the Brazilian left groups in the 1970's. The exile will be taken as an angle of approach to the delicate theme of the relation between revolution and democracy in Brazil. To fulfill this goal – that of understanding the exile influence on the Brazilian left political language in its thoughts on democracy – we will study some of the press produced by Brazilian activists on exile. We will focus on the case of *Debate*, a journal edited by João Quartim de Moraes in Paris during the 1970's. This was one of the first vehicles to discuss a strategy to reach democracy within the Marxist tradition.

**Key-words:** democracy; exile; transition; journals; revolution.

### 1 Introdução

Em 2014, completaram-se 50 anos do golpe que pôs fim ao governo do presidente João Goulart. As diversas tentativas de interrupção da ordem democrática estabelecida em 1946 resultaram no amadurecimento das relações entre civis e militares descontentes com os rumos assumidos pelo campo nacional-popular nos momentos em que esteve a frente do Estado brasileiro. Nesse sentido, o golpe abre um período de exceção no qual transformações radicais das estruturas políticas, sociais e econômicas do país são levadas a cabo. Nos 21 anos de governos militares, o Brasil se torna um país profundamente urbanizado, industrializado e dotado de complexa estrutura de pesquisa e ensino superior. Na nova ordem regulada pelos militares, o espaço para o dissenso foi sendo reduzido progressivamente. Embora seja possível observar uma onda de perseguições políticas já nos primeiros dias posteriores ao golpe, é inegável que, a partir de 1968, o regime se torna mais restritivo e violento contra seus opositores. Nesse cenário, aqueles que não eram eliminados pelo aparato repressivo do Estado tinham duas opções diante de si: a clandestinidade ou o exílio. Muitos trabalhos acadêmicos já foram dedicados às organizações clandestinas de resistência ao regime autoritário. Menos estudos se debruçaram sobre o tema do exílio. Estas duas alternativas não representaram, necessariamente, polos opostos para os militantes contrários ao regime. Frequentemente, eles foram da clandestinidade ao exílio e deste retornaram ao país em condição de clandestinidade. Em outros casos, depois de uma experiência clandestina, assentaram suas raízes no país que os acolheu após a saída do Brasil. Outros exilados nunca chegaram a militar em organizações armadas ou estar em situação de clandestinidade, mas perceberam a redução do espaço para o exercício de suas profissões e vidas cidadãs, optando então pelo exílio.

O texto que segue busca compreender, de maneira sucinta, o lugar ocupado pelo exílio e pelos exilados na trajetória das esquerdas brasileiras.<sup>1</sup> Pretende-se, com isso, observar se e como a experiência do exílio exerceu influência sobre as transformações ocorridas em vários espaços das esquerdas brasileiras no decorrer da década de 1970. É comum o argumento (Rollemberg, 1999, por exemplo) de que, a partir da derrota militar sofrida pelas organizações de resistência armada, houve um processo de autocritica nos diversos grupos que se reivindicavam como parte da esquerda no Brasil. Neste processo, muitos grupos que até então apostavam na vanguarda revolucionária teriam se “convertido” a um ideal de organização das massas, defendendo a democracia como caminho de saída do autoritarismo. A opção pela formação de uma frente antiautoritária teria ganhado força a partir daí e a estratégia de derrota do regime por dentro de suas instituições (ao invés da derrubada pela via armada) teria se consolidado.

Dentre os elementos que fundamentam esta linha de argumentação, está a suposta dicotomia entre revolução e democracia que, na segunda metade da década de 1970, despertava as atenções de intelectuais e militantes esquerdistas (Weffort, 1984). Entretanto, a relação entre os conceitos de revolução e democracia era objeto de reflexão entre os comunistas desde a década de 1950, pelo menos. A Declaração de Março de 1958, quando o comitê central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) reconhece a defesa da institucionalidade democrática como caminho para os comunistas no Brasil, representa um bom indício de que a democracia política foi uma pauta discutida em setores da esquerda brasileira muitos anos antes do processo de transição iniciado na segunda metade da década de 1970.

Assim sendo, o tema do exílio será tomado como um ângulo de abordagem para a questão da delicada relação entre revolução e democracia no Brasil. Para cumprir este objetivo – o de perceber a influência do exílio e dos exilados na linguagem política das esquerdas brasileiras em sua reflexão sobre a democracia – serão analisados os exemplares da revista *Debate*, editada por João Quartim de Moraes durante seu exílio em Paris. Longe de pretender a compreensão de toda a experiência do exílio em sua diversidade e riqueza, esta opção permite acompanhar um grupo que refletiu e se manifestou sobre a democracia como uma prioridade desde cedo. Nesse sentido, esta escolha abre caminho para a comparação entre as concepções de democracia forjadas no exílio a partir da autocritica em relação à experiência de resistência armada ao regime e, por outro lado, as noções de democracia defendidas pelos comunistas que optaram pela resistência não-armada ao autoritarismo. A sequência do artigo está dividida da seguinte forma: uma breve nota metodológica sobre a utilidade dos periódicos no estudo do pensamento político brasileiro; uma discussão sobre o exílio em geral e sobre a experiência dos brasileiros em particular; uma seção sobre a forma como a revista *Debate* discutiu e concebeu o tema da democracia e; uma conclusão, comparando as concepções de democracia presentes em *Debate* e em *Encontros com a Civilização Brasileira* (doravante *ECB*), publicação com significativa proximidade ao comunismo democrático pecebista.

## 2 Notas Metodológicas

Ao defender uma história conceitual do político, Pierre Rosanvallon (1995) reconstrói brevemente o processo de retomada, na França, da História Política, em convergência com a Filosofia Política e com a Ciência Política. Este processo, que se intensificou na década de 1980, teve como uma de suas consequências a recuperação de um estatuto particular ao fenômeno político que, na tradição historiográfica dos *Annales*, não ocupava lugar de destaque.

---

<sup>1</sup> A opção pelo plural no tratamento da expressão “esquerdas brasileiras” se deve à compreensão de que existe uma enorme variedade de grupos políticos e intelectuais que se reconhecem como de esquerda, sem que seja do interesse deste autor definir quais os parâmetros que permitem a inclusão ou a exclusão de alguém ou algum coletivo neste campo maior da esquerda. Ao falar em esquerdas brasileiras, estão incluídos todos aqueles que, em algum momento, se reivindicam como parte da esquerda, mesmo com toda a diversidade política e teórica trazida por esta opção.

O objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro. Partindo da idéia de que estas representações não são uma globalização exterior à consciência dos atores – como o são por exemplo as mentalidades – mas que elas resultam, ao contrário, do trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma, tem por objetivo: 1) fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir as respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema e, 2) fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação definindo os campos histórico-problemáticos. Seu objeto é assim a identificação do “nós históricos” em volta dos quais as novas racionalidades políticas e sociais se organizam; as representações do político se modificam em relação às transformações nas instituições; às técnicas de gestão e às formas de relação social. Ela é história política na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é ao redor de conceitos – a igualdade, a soberania, a democracia, etc. – que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio de suas ativações (Rosanvallon, 1995, p. 16).

O projeto teórico de uma história conceitual do político é, portanto, interdisciplinar em sua natureza. Ele pressupõe a integração entre diferentes áreas do conhecimento que se debruçam sobre o fenômeno do político. Embora esteja referenciado nos debates da academia francesa, o projeto de Rosanvallon pode ser apropriado em outras partes do mundo como uma ferramenta útil para a compreensão dos processos de formação do espaço onde a política é operada. Nesse sentido, a história conceitual do político recorre aos estudos sobre as gerações intelectuais, sobre a cultura política e sobre os partidos como elementos de um quadro mais amplo que apresenta o político como representação do social.

O estudo dos periódicos culturais e políticos se encaixa nessa perspectiva por diversos motivos, dado que se trata de uma fonte privilegiada para a pesquisa sobre a circulação de ideias e, principalmente, as redes de sociabilidade entre intelectuais (e também políticos) num certo tempo histórico. As revistas têm relação direta com o fenômeno das gerações intelectuais e da formação das culturas políticas de cada momento. Em seguida, serão discutidas estas relações, bem como as características básicas que costumam atravessar os periódicos.

## **2.1 Características dos Periódicos e de seus Estudos**

O primeiro aspecto a ser observado no estudo das revistas culturais e políticas diz respeito à sua temporalidade. Diferentemente do livro, que carrega certa pretensão à perenidade, os periódicos têm uma relação incontornável com o tempo presente. Segundo Sarlo (1992, p. 7), “nada é mais velho do que uma revista velha: ela perdeu a aura que emerge de sua capacidade, ou melhor, de sua aspiração de ser uma presença imediata na atualidade”.

Entretanto, as revistas são também diferentes dos jornais. Enquanto estes costumam ter poderosas redes de financiamento e distribuição por trás de suas operações, garantido amplo alcance em camadas diversas da população, os periódicos organizam-se, quase sempre, de maneira precária. Geralmente, são iniciativas de pequenos grupos intelectuais, que contam com poucos recursos para a viabilização da empreitada. Frequentemente são deficitários e, não raro, consomem as economias pessoais dos próprios protagonistas do projeto. Em outras palavras, as revistas culturais e políticas não são empreendimentos comerciais. Além disso, elas interferem no debate público de maneira indireta, dado que não atingem um público vasto. Suas tiragens são bastante menores do que as dos grandes diários e seu público leitor costuma estar concentrado nos estratos com mais acesso à educação formal. Retomando a discussão sobre a temporalidade das revistas, nota-se outra diferença em relação aos jornais: ao passo que estes trabalham no tempo da urgência, do cotidiano, os

periódicos têm uma temporalidade bem mais flexível. Isso permite que o autor tenha maior protagonismo nas revistas (na comparação com os jornalistas) e que o espaço para textos reflexivos seja maior. De acordo com Crespo (2011, p. 99), “as revistas ocupam um lugar entre a transcendência dos livros e a transitoriedade dos jornais”.

As revistas não guardam relação íntima apenas com o tempo presente do qual fazem parte, elas também se relacionam de maneira direta com o espaço no qual estão inseridas. Isso porque as revistas partem da noção de intervenção num debate político, ideológico, ou mesmo estético (no caso das revistas mais focadas no campo cultural) para se estruturarem. Nesse sentido, a relação dos periódicos com a conjuntura se constrói nos dois eixos – o temporal e o geográfico.

A ideia de que é necessária uma intervenção no debate público parte, via de regra, das discussões de algum grupo de intelectuais. Esta é outra característica fundamental das revistas, o caráter coletivo de sua produção. Na perspectiva de Sarlo, “a sintaxe de uma revista informa, de um modo que jamais os seus textos considerados individualmente poderiam fazer, da problemática que definiu aquele tempo presente” (1992, p. 10). Assim sendo, é possível afirmar que as revistas têm características que são intrínsecas à própria forma da publicação e que sua totalidade é formada, de certa maneira, por algo mais que o conjunto de seus textos tomados isoladamente. As contribuições publicadas por um periódico podem, inclusive, ultrapassar o caráter conjuntural que marca essa forma de publicação. O ensaio “Democracia como Valor Universal”, publicado por Carlos Nelson Coutinho na revista *ECB*, tornou-se um texto clássico nas ciências sociais brasileiras. Não obstante, naquele momento, ele fez parte de uma teia de textos e conceitos responsáveis pela elaboração de uma narrativa sobre a transição democrática brasileira, objeto preferencial do periódico no qual foi publicado.

Em resumo, é possível citar quatro características básicas que atravessam a maior parte dos periódicos culturais e políticos: (1) inscrição na temporalidade presente; (2) periodicidade intermediária em relação ao livro e aos jornais, o que garante certa flexibilidade na comparação com estes dois outros formatos de publicação; (3) a noção de intervenção no debate público, frequentemente preenchendo um espaço considerado vazio, o que aponta para a construção de uma relação direta com o espaço onde são editadas as revistas e; (4) o caráter coletivo da obra, que a transforma num retrato importante de quais são as questões centrais num determinado espaço e tempo históricos.

## **2.2 Métodos para o Estudo das Revistas: Gerações e Cultura Política**

O debate sociológico sobre as gerações remonta à primeira metade do século XX, quando Karl Mannheim se dedicou ao tema. De acordo com o autor, as gerações são vivenciadas por cada indivíduo como uma “situação” e não como um grupo concreto do qual escolhem participar. Nesse sentido, a experiência geracional se assemelha com a experiência de classe, uma vez que representa uma posição ocupada na sociedade e não um engajamento consciente de cada um. Dado que a experiência humana no mundo é marcada por um ritmo biológico – nascimento, crescimento, envelhecimento etc. –, a situação de geração se originaria numa inscrição comum de um conjunto de indivíduos na dimensão histórica do processo social (Mannheim, 1986). Diante desse diagnóstico, Mannheim classifica como “unidades de geração” os grupos concretos que se formam dentro de uma mesma geração.

Enquanto a mera “situação” comum em uma geração é de significação apenas potencial, uma geração enquanto uma realidade é apenas constituída quando contemporâneos similarmente “situados” participam de um destino comum e das ideias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento. Dentro dessa comunidade de pessoas com um destino comum podem então surgir unidades de geração particulares. Elas se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um

padrão de acontecimentos partilhado igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas. Assim, dentro de qualquer geração podem existir várias unidades de geração diferenciadas e antagônicas. Juntas, elas constituem uma geração “real” precisamente por estarem orientadas umas em relação às outras, mesmo se apenas no sentido de se combaterem entre elas (Mannheim, 1986, p. 89).

Os debates sobre gerações também constituem parte importante da retomada da história política francesa, na segunda metade do século XX. Jean-François Sirinelli, por exemplo, ressalta que a noção de geração aparece ligada à recuperação de dois elementos que foram abandonados com o relativo ostracismo da história política, quais sejam, o “evento” e o “tempo curto”. Embora as gerações intelectuais tenham uma temporalidade elástica, que difere da simples sucessão de gerações biológicas, seu registro se dá no tempo curto e sua intervenção no mundo é mais facilmente perceptível no plano da conjuntura do que das grandes transformações estruturais. A partir de então, a relação com o estudo dos periódicos culturais e políticos se torna evidente. Se, para Sirinelli (1989), as gerações têm significativo impacto na produção de ideologias, culturas políticas e representações do social – frequentemente a partir de “eventos fundadores” ou experiências compartilhadas –, as revistas tornam-se um espaço privilegiado para a apreensão deste fenômeno. A temporalidade das revistas acompanha a temporalidade das gerações intelectuais. Na maior parte dos casos, a vida de um periódico tem a mesma duração de uma geração intelectual correspondente. Como um empreendimento coletivo, que tem uma linguagem própria e questões particulares, as revistas tendem a se comunicar com um público que partilha um “espaço de experiência” (Koselleck, 2006) ou uma “estrutura de sentimento” (Williams apud Ridenti, 2005). Estas duas categorias, empregadas aqui de maneira bastante livre, dizem respeito à vivência comum de um passado, não somente do ponto de vista dos eventos, mas também das formas de pensar e projetar um presente e um futuro.

De acordo com Sirinelli (1987), a geração pode ser entendida como uma “chave” para os estudos sobre a história intelectual. Da mesma maneira, como uma chave explicativa, Serge Berstein (1992) considera os estudos sobre a cultura política. Assim como os estudos sobre geração, as pesquisas sobre a cultura política se desenvolvem no contexto da retomada da história política, protagonizada por René Remond, na França. Suas investigações se centram sobre as representações do social no plano político, o que as aproxima da ideia de uma história conceitual do político, defendida por Rosanvallon.

A cultura política ocupa pois um lugar particular. Ela é apenas um dos elementos da cultura de uma dada sociedade, o que diz respeito aos fenômenos políticos. Mas, ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade (Berstein, 1998, p. 362-363).

O que a passagem destacada acima denota é que a noção de cultura política, como as outras discutidas anteriormente neste texto, se constrói a partir da investigação sobre formas de conectar a experiência e a expectativa, compreendendo a ação política numa dada conjuntura a partir destes elementos. A cultura política, como a geração, não trata diretamente de uma ideologia política ou de um sistema de pensamento, mas sim de um fenômeno mais difuso socialmente, que organiza de maneira mais flexível a relação que os homens têm com o que é da ordem do político. Na formação de uma cultura política:

Entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante (Berstein, 1998, p. 350).

Nesse caso, a relação entre o estudo das revistas e das culturas políticas se torna evidente, na medida em que aquelas permitem apreender os conceitos, ideologias, discursos e problemáticas que estruturam estas. Os periódicos constituem uma fonte privilegiada para a compreensão da problemática que estrutura um dado tempo presente. Seu caráter coletivo e conjuntural aponta para uma relação frutífera com as noções de geração e cultura política, que são mais difíceis de pesquisar a partir de livros.

Os exemplos citados acima constituem apenas apontamentos iniciais sobre as relações entre o estudo das revistas culturais e políticas e os desenvolvimentos teóricos que podem se servir destas como fontes, bem como podem auxiliar os pesquisadores que as têm como seu próprio objeto. Certamente há outros métodos e reflexões teóricas que podem se apropriar das e serem apropriados pelas investigações com os periódicos.

No caso particular do exílio brasileiro, durante os anos de autoritarismo no país, os periódicos cumpriram diversas funções. Em primeiro lugar, tratavam-se de espaços de encontro e de socialização. Frente à fragmentação imposta pela vida no exterior e aos desafios de integração numa nova sociedade, os exilados utilizavam os periódicos como forma de manter a proximidade com as questões do Brasil, bem como manter contato uns com os outros. Em muitos casos, o grupo responsável pela editoração de uma revista se encontrava com frequência em círculos de debate. Além deste elemento socializador, os periódicos cumpriam a função de oferecer um espaço para que atores políticos e intelectuais pudessem elaborar e refletir sobre uma experiência recente, a do enfrentamento armado ao regime autoritário. Nesse sentido, a formulação, a crítica e a reformulação de teses encontram um vetor adequado nas revistas. Por fim, os periódicos permitiam a denúncia das atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro, contribuindo para a formação de uma opinião pública internacional crítica ao regime autoritário. Nesse sentido, o estudo dos periódicos produzidos no exílio oferece um campo fértil para a compreensão do que foi a experiência exilada em sentido mais amplo.

### **3 Intelectuais, Periódicos e as Esquerdas Brasileiras no Exílio**

A importância dos exilados e, de maneira mais abstrata, da experiência do exílio para o pensamento e ação das esquerdas brasileiras no decorrer do processo de transição que pôs fim ao regime autoritário é reconhecida não apenas pelos pesquisadores que se dedicam estes atores políticos, mas também por historiadores e cientistas sociais que têm uma perspectiva mais abrangente do período. Bernardo Kucinski (1991), por exemplo, percebe uma relação entre a ascensão de jornais alternativos e críticos ao regime com o processo de autocritica empreendida pelas esquerdas derrotadas no combate armado ao autoritarismo, processo que teria se dado, fundamentalmente, a partir da experiência do exílio. Seguindo uma linha semelhante, Montenegro aponta para o papel dos exilados na transformação da cultura política das esquerdas:

O impacto da derrota política de vastas proporções que sobre elas se abatera, bem como o inescapável trauma da violência de que essa derrota se fizera acompanhar (nas formas da tortura e da destruição física de parte significativa de mais de uma geração de dirigentes e

militantes) produziu, na maior parte daquelas organizações, a necessidade de empreender uma autocrítica, muitas vezes no exílio, que, se não erodiu por completo o orientalismo, de certo o mitigou significativamente. A autocrítica dizia respeito, principalmente, à ilusão quanto à idéia de que a “ação faria a organização”, ou seja, de que a luta armada produziria um amplo levante de massas que permitiria a derrubada da ditadura. As implicações da autocrítica, a depender de cada grupo, seriam variadas, mas a rejeição à luta armada (ao menos de forma imediata) e a opção por buscar algum tipo de ação vinculada aos movimentos sociais e populares (em especial o sindical) era um elemento praticamente unânime entre os grupos e militantes remanescentes que se mostravam dispostos a seguir na luta pela transformação do país (Montenegro, 2008, p. 11).

Marilena Chauí e Marco Aurélio Nogueira (2007) também se referem aos exilados como protagonistas de uma virada intelectual processada na segunda metade da década de 1970, particularmente na formação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Outro exemplo é o livro organizado por Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti (2007) sobre as esquerdas brasileiras no pós-1964, no qual praticamente todas as contribuições destacam o lugar dos exilados na construção ou na reformulação das organizações que compõem o quadro das esquerdas na transição para a democracia.

No campo mais específico dos estudos sobre os exilados, há duas dimensões a se destacar. A primeira se relaciona com a própria condição individual do exilado, dedicando-se a compreensão da posição ocupada por esse ator político no mundo. As possibilidades que esse lugar, o exílio, oferece àquele que se propõe à atividade intelectual são bastante particulares, algo que foi notado por pensadores brasileiros e estrangeiros. A segunda dimensão diz respeito ao caso de que tratamos aqui, ou seja, a relação dos exilados brasileiros num momento particular da história, entre as décadas de 1970 e 1980, com a realidade política do país.

### **3.1 A Condição do Exilado**

De um ponto de vista teórico, a condição do exilado apresenta diversas marcas que a distinguem dos atores políticos envolvidos em processos de disputa nas suas comunidades de origem. O primeiro, e mais importante, ponto a se destacar é o aspecto de deslocamento cultural que se produz como consequência da mudança física de morada. Partindo do suposto que os intelectuais são produtos e produtores de culturas particulares, nas quais foram socializados, a experiência do exílio traz consigo uma ruptura radical, removendo aquele ator de um espaço onde opera com “naturalidade” e forçando-o a uma posição de desconforto. Este, por sua vez, não se limita aos aspectos teóricos da compreensão política de sua experiência – o exílio inevitavelmente carrega a marca da derrota de um projeto político –, mas abrange também outros aspectos da vida, como a própria sobrevivência diante da dificuldade em encontrar emprego ou regularização nos países de destino.

Segundo Theodore Adorno (2008), é justamente essa condição de desconforto permanente, a perda das raízes e dos laços culturais que envolviam o intelectual em seu país de origem, que permitem a formulação de um olhar crítico em relação ao mundo, ciente das violências que o compõem. O lugar do exilado seria, por excelência, o lugar do pensamento crítico, que só pode ser produzido numa condição de deslocamento, em que todas as categorias consideradas naturais são forçadamente questionadas. O intelectual exilado experimenta um ponto de vista desconhecido a todos os demais. Segundo Adélia Maria Ribeiro:

Adorno revela assim uma paradoxal positividade na experiência do exilado: a conquista de uma perspectiva alternada, um modo novo de ver, que somente o exílio possibilita. A consciência do infortúnio e da violência parece ser mais clara ao exilado de modo que é seu olhar deslocado potente para se opor a esta. Assim, para Adorno, colocar-se fora de casa é o imperativo moral para que se proceda à constatação de que “todas as avaliações são falsas”

(ADORNO, 2008, p. 27) – que jamais se daria se não no exílio, a morada, por excelência do intelectual, ou melhor, sua não-morada, seu desabrigo, a frenética alternância do olhar e a conquista de outro ponto de vista capaz de ver o que comumente não se via. O preço a se pagar é o de uma vida austera, sem facilidades. Seu olhar diferenciado é fruto unicamente de sua experiência de vida radicalmente prejudicada (Ribeiro, 2011, p. 3).

O exilado é frequentemente um militante de organização política ou intelectual – constantemente combina as duas características –, elemento que o diferencia de refugiados e imigrantes. Entretanto, o reconhecimento dessa condição diferenciada – talvez mais nobre, na perspectiva dos próprios exilados – nem sempre é oferecido pelo país que o recebe, seja pelas autoridades competentes, seja pelos próprios cidadãos, que não percebem uma diferença significativa entre os estrangeiros com os quais convivem. Naturalmente, é difícil tratar os exilados de maneira uniforme, dado que a vida no exílio depende, em parte, das características individuais e trajetória de cada exilado. Alguns intelectuais com carreira internacional consolidada, como Darcy Ribeiro e Fernando Henrique Cardoso, tiveram poucas dificuldades em encontrar espaços institucionais para o exercício de suas atividades profissionais. Outros tantos, muitos deles estudantes, encontraram um cenário mais difícil, do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho dos países de destino. Em comum, estes dois tipos de exilados têm a experiência do desenraizamento, do contato forçado com uma cultura diferente.

O homem desenraizado, arrancado de seu meio, de seu país, sofre em um primeiro momento: é muito mais agradável viver entre os seus. No entanto, ele pode tirar proveito de sua experiência. Aprende a não mais confundir o real com o imaginário, nem a cultura com a natureza; não é porque os indivíduos se conduzem de forma diferente que deixam de ser humanos. Às vezes ele fecha-se em um ressentimento, nascido do desprezo ou da hostilidade dos anfitriões. Mas, se consegue superá-lo, descobre a curiosidade e aprende a tolerância (Todorov, 1999, p. 27).

No livro *Reflexões do Exílio*, Edward Said (2003) faz um balanço de sua própria condição no mundo, corroborando a ideia de que há uma ambiguidade que inevitavelmente marca a posição do exilado e, conseqüentemente, seu olhar sobre o mundo. Essa ambiguidade está determinada pela relação entre sofrimento pessoal e reflexão intelectual. É como se a produção do pensamento fosse depurada pela experiência do sacrifício ou, como afirma Adorno (2008), pela consciência mais viva das violências que fazem parte do mundo. Nesse sentido, os autores concordam na perspectiva de que o exílio é um espaço privilegiado para a crítica e reformulação de dogmas e paradigmas até então sólidos. É justamente essa característica do “pensamento exilado” que interessa para os fins deste texto.

### **3.2 O Exílio dos Brasileiros Durante o Regime Civil-Militar (1964-1985)**

O regime de exceção inaugurado em abril de 1964 no Brasil produziu um número considerável de exilados. A maior parte deles deixou o país após 1968, ano que marca um maior fechamento do regime a partir da edição do Ato Institucional nº 5. Num primeiro momento, os exilados brasileiros se dirigiram, majoritariamente, para países latino-americanos, especialmente para o Chile, Uruguai, Argentina e México.

Até então, ir para o exílio significava sair para voltar, se preparar para retornar ao Brasil em condições mais apropriadas e reassumir a luta contra a ditadura ou contra o capitalismo. O sentido de provisoriade, portanto, deu o tom à primeira fase. Nos depoimentos, a idéia de que, até o golpe no Chile, os tempos sequer eram de exílio (Rollemberg, 2007, p. 4).

Entretanto, o advento dos regimes de exceção também nestes países<sup>2</sup> forçou os militantes e intelectuais brasileiros a partirem novamente, desta vez em direção à Europa. Embora alguns acadêmicos tenham rumado para os Estados Unidos e outras figuras públicas tenham seguido para países africanos em processo de libertação nacional,<sup>3</sup> é possível afirmar que a maior parte dos exilados brasileiros vai para o continente europeu no decorrer da década de 1970. Se durante o governo da Unidade Popular (1970-1973), Santiago foi uma espécie de “capital do exílio”, o mesmo se pode dizer de Paris, após os golpes militares no cone sul. Há brasileiros que se instalam na Suécia, Suíça, Itália e Portugal, mas a parcela mais expressiva fica na França.

Em 1973, inicia-se, assim, a segunda fase. Não havia mais lugar para a provisoriamente. A revolução e as reformas haviam acabado. Mesmo o Chile sucumbira, ali, onde a transformação era projeto de muitos, ali onde a transformação se faria pela via pacífica. Então, o momento era de olhar nos olhos o exílio, vê-lo como tal. A volta impossível. Poucos conseguiram ficar na América Latina. A maioria seguiu para a Europa (Rollemberg, 2007, p. 5).

O perfil dos exilados é semelhante ao dos demais atingidos pelos esforços repressivos empreendidos pelo Estado brasileiro no curso dos anos de autoritarismo. Nos primeiros quatro anos de regime, são figuras ligadas ao governo João Goulart e às forças das esquerdas no período 1946-1964. Tratam-se de políticos e de figuras públicas do Partido Trabalhista do Brasil (PTB), do Partido Comunista Brasileiro (PCB), intelectuais, sindicalistas e alguns militares legalistas. A partir de 1968, o foco volta-se para os envolvidos no enfrentamento armado do regime autoritário de 1964. Estes eram, em sua maioria, jovens com elevado grau de instrução formal, de classe média alta, moradores dos centros urbanos, brancos e do sexo masculino. Essa caracterização do perfil dos que aderiram à luta armada, disponível no Projeto Brasil Nunca Mais (tomo III – o perfil dos atingidos), não representa perfeitamente o universo dos exilados a partir de 1968, mas permite uma aproximação inicial do objeto. No caso do exílio, o número de mulheres sobe significativamente na comparação com o perfil dos atingidos pela repressão interna, dado que as famílias costumam deixar o país juntas. É preciso acrescentar também um contingente significativo de professores universitários que, embora não estivessem engajados na luta armada, veem suas condições de trabalho progressivamente deterioradas pelas intervenções militares no espaço da universidade. As demissões de abril de 1969 na USP são exemplares nesse sentido. Diante do cerceamento da liberdade de pensamento, muitos se veem forçados a deixar o país para conseguir levar adiante suas profissões. Isso elevou a média de idade e mudou a configuração ocupacional dos exilados, na comparação com os atingidos pela repressão dentro do país.

As condições de vida enfrentadas pelos brasileiros no exílio nem sempre foram fáceis, mas a posição destacada de alguns intelectuais brasileiros e o intercâmbio acadêmico estabelecido com a França desde a década de 1930 (quando Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, Roger Bastide e outros professores franceses vieram para São Paulo) foram elementos facilitadores da adaptação ao novo país. O esforço empreendido por intelectuais franceses para ajudar os exilados brasileiros e chilenos, principalmente, foi determinante para que muitos se mantivessem em atividade profissional.

Com efeito, o comitê de ajuda aos intelectuais refugiados, cujo presidente de honra foi Alain Touraine, teve, principalmente, por função buscar empregos para os professores e pesquisadores (brasileiros e chilenos), já renomados em seus países. Graças a essa mobilização por parte dos intelectuais franceses, uma parte dos exilados terá acesso a cargos (em princípio, de caráter provisório) no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), no Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (IHEAL,

<sup>2</sup> Exceto o México, cujo cenário político era dominado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI).

<sup>3</sup> O caso de Miguel Arraes, na Argélia, é o mais emblemático desta natureza.

Université de Paris III) e na Maison des Sciences de l'Homme. O apoio de Pierre Mombeig, diretor do IHEAL durante vários anos, foi decisivo para a contratação de professores latino-americanos nesse estabelecimento (Silva, 2007, p. 8).

Muitas associações e comitês de solidariedade aos exilados foram criados no decorrer da década de 1970, alguns deles responsáveis por publicações a respeito da conjuntura política brasileira, como o Comitê *France-Brésil* e a organização não-governamental *France Terre d'Asile*. O papel das universidades francesas foi determinante para que os exilados brasileiros tivessem condições adequadas de vida. Essa característica reforça a ideia de que as fronteiras entre a intelectualidade e a militância eram bastante tênues nesse período histórico.

No entanto, quando se trata de pensar o exílio latino-americano, a fronteira entre o político e o intelectual apresenta-se opaca. Como distinguir o intelectual do militante político, uma vez que, entre os primeiros preexiste a crença no engajamento político? Os latino-americanos exilados na França eram, na maioria, intelectuais e responsáveis de partidos políticos. Formados em uma cultura política da esquerda, uma parte dos exilados brasileiros, vindos do Chile, continua, na França, a militar na política. [...] A Universidade de Paris X – Nanterre e Paris III – IHEAL – concederam, igualmente, cargos temporários a alguns universitários latino-americanos. Inseridos nessas instituições, sem realmente pertencer à universidade, os exilados puderam preservar uma margem de liberdade, importante para suas visões críticas e anti-conformistas da sociedade francesa e latino-americana. Durante essas duas décadas, esses exilados latino-americanos multiplicaram contatos com a esquerda européia, elaborando uma reflexão sobre as premissas marxistas e as realidades políticas e econômicas latino-americanas (Silva, 2007, p. 11).

Essa entrada dos exilados nos espaços universitários franceses teve como resultado a ampliação do diálogo com acadêmicos europeus que não só passaram a influenciar, mas também a serem influenciados, pelas trocas constantes entre as partes. Particularmente no caso dos exilados chilenos, a participação em formulações teóricas e mesmo em programas políticos, como o do Partido Comunista Francês, é notória. Entre brasileiros e franceses, o intercâmbio cultural e acadêmico aparece nas publicações dos exilados e também em revistas da esquerda francesa, como *Les Temps Modernes*, *Esprit*, *La Pensée*, *Cahiers de l'Amérique Latine* e editoras, como *Anthropos*, *Cerf*, *Éditions Ouvrières*, *Maspero* e *Stock* (Silva, 2007). Em resumo, a condição dos exilados latino-americanos abriu uma via de mão-dupla, que permitiu a penetração do pensamento e da cultura da região em espaços centrais de produção do conhecimento, como a Paris dos anos 1970.

No que tange às atividades dos exilados no exterior, interessa aqui compreender os processos de elaboração de crítica da opção pela luta armada no seio de boa parte das esquerdas brasileiras e o tratamento de temáticas que até então não eram centrais no vocabulário destes grupos, como a democracia e os direitos humanos.

Concentrados em sua grande maioria em Paris, no que a autora define como a capital da segunda fase do exílio, os brasileiros se organizaram e realizaram atividades que certamente não poderiam ser feitas no Brasil. Além de artigos e estudos publicados, encontros de discussão tiveram um destaque entre os exilados, com ênfase no Círculo de Mulheres Brasileiras (Paiva, 2006, p. 28).

Nesses trabalhos, é possível destacar dois eixos comuns à maioria das publicações, mesmo diante da heterogeneidade de atores envolvidos na produção das mesmas. O primeiro é o já mencionado esforço de reflexão acerca da experiência da luta armada. Embora nem todos os casos desse esforço tenham conduzido ao abandono dessa opção, invariavelmente alguma espécie de balanço esteve na ordem do dia das publicações no exílio. O outro eixo comum nos debates teóricos e políticos produzidos em condição de exílio é a valorização da América Latina como uma frente de lutas para as esquerdas, o que até então não era uma tendência dominante no Brasil.

Há os que se exilam no Chile, depois os chilenos se exilam no Brasil, há os que se exilam na Argentina e depois os argentinos se exilam no Brasil; o mesmo acontecia com uruguaios e paraguaios, depois com peruanos e bolivianos, e assim por diante. Havia uma troca contínua dos exilados e isso produziu uma presença que tornou, pela primeira vez para nós, brasileiros, aquilo que era óbvio para todos os outros da região: a existência de algo chamado América Latina (nossas referências eram sempre a Europa e os Estados Unidos, ou, como os demais latino-americanos diziam, estávamos de costas para o nosso continente) (Chauí e Nogueira, 2007, p. 10).

A “consciência” da América Latina, adquirida primeiro pela residência nos países vizinhos e depois pela partilha de uma experiência de exílio na Europa, particularmente com os chilenos, foi fundamental para as leituras da conjuntura brasileira produzidas nos últimos anos da década de 1970 e, especialmente, no curso dos anos 1980. As iniciativas na direção do fortalecimento de uma identidade latino-americana não foram apenas teóricas. Projetos como a Biblioteca Ayacucho, fundada na Venezuela em 1974, representaram uma forma de manifestação política de importantes intelectuais da região. O engajamento de figuras como Angel Rama, Darcy Ribeiro, Sergio Buarque de Holanda, Leopoldo Zea, Arturo Ardao e Roberto Fernández Retamar é significativo do esforço de produzir algo propriamente latino-americano e marcadamente antiautoritário. A reivindicação do elemento latino-americano nas reflexões e projetos de alguns exilados brasileiros não se fez em detrimento da nacionalidade e cultura brasileiras como lócus de análise. O tema da revolução libertadora nacional – tão marcante nas décadas de 1950 e 1960 – continuou presente em alguns setores das esquerdas brasileiras. Não obstante, passou a ser comum uma leitura da questão nacional inscrita num contexto maior do continente, que passou a ser caminho necessário para a realização da luta contra o imperialismo.

Para os latino-americanos de esquerda, o fortalecimento de sua nação vinha inseparável da integração latino-americana em face das históricas opressões sofridas pelos colonizadores europeus no passado e pela hegemonia norte-americana no continente, mais recentemente; por fim, diante de uma ordem global cujas imposições nascem nos países do norte e se impõem sobre os países do sul. Não desconhecem a grave questão dos exilados – e são eles exemplares destes – mas supõem o exílio como produto, sobretudo, do imperialismo norte-americano que teria promovido as ditaduras no século XX. A resposta para isso não estaria no desaparecimento do Estado-Nação, mas no combate às forças imperialistas com as quais os governos ditatoriais na América Latina haviam se aliado (Ribeiro, 2011, p. 18).

A incorporação da temática do pertencimento a uma identidade latino-americana é um traço da maior parte dos grupos que se reivindicam como parte da esquerda brasileira até os dias atuais. Já quanto ao primeiro eixo mencionado anteriormente – a reflexão acerca da experiência da luta armada – é preciso uma análise mais detida, que pode ser feita em conjunto com a apresentação do periódico que servirá como fonte documental deste texto.

#### **4 A Revista *Debate* e a Questão Democrática**

Em que pese o fato dessa ser uma característica mencionada por diversos pesquisadores como constituinte da experiência do exílio (Paiva, 2006; Ribeiro, 2011; Rollemberg, 2007), as abordagens ao tema variam muito de acordo com as linhas editoriais assumidas pelas diferentes publicações produzidas. Os quase 50 periódicos editados por brasileiros no exílio variaram em sua forma e filiação ideológica (Rollemberg, 2007). Enquanto alguns eram espaços de formulação teórica e divulgação de organizações da esquerda armada – como no caso de *Brasil Socialista*, editada em Paris por membros do MR-8 em conjunto com a Ação Popular Marxista-Leninista – outros se propunham a desempenhar o papel de revistas culturais, dedicadas ao debate intelectual plural,

ainda que sempre engajado. Esse foi o caso de *Debate*, editada em Paris por João Quartim de Moraes, antigo militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em seus 40 números, editados entre 1970 e 1982 – duração e produtividade incomuns para os parâmetros da imprensa exilada –, a revista *Debate* abriu espaço para posições divergentes, mas mantendo sempre seu projeto editorial original, o de construção de um ambiente para a convergência de todos os comunistas brasileiros. Os números tinham aproximadamente 40 páginas, em média, e eram editados com a colaboração dos militantes, tanto do ponto de vista dos artigos quanto do financeiro. A revista costumava a trazer de 4 a 8 artigos diferentes, muitos dos quais divididos em mais de uma edição do periódico. Eram comuns as séries que perpassavam 3 ou 4 números, em que os autores buscavam apresentar estudos mais elaborados sobre aspectos da realidade brasileira. Houve séries de artigos sobre a questão do petróleo, sobre a importância de Marighela e sobre o movimento operário no Brasil, para citar alguns exemplos. Também frequentavam as páginas de *Debate* resoluções ou documentos de grupos da esquerda (armada ou não), bem como textos de resposta de grupos criticados pelos articulistas do periódico. Em torno de *Debate* reunia-se o *Coletivo*, grupo de discussão que ensejaria a futura formação de um partido em que os comunistas se unificassem, o que corrobora a argumentação anterior de que os periódicos eram de fato lugares onde se condensavam os diversos tipos de militância política exercidas pelos exilados.

Apesar das derrotas significativas em 1970, primeiro ano da revista, o massacre geral das organizações e o fracasso da luta armada ficaram mais contundentes no ano seguinte. A crítica à experiência se fez, de maneira mais firme, nos números seguintes. Ao longo dos anos, a *Debate* procurou sempre chamar atenção para o isolamento no qual a esquerda armada vivia (Rolleberg, 2006, p. 296).

Observa-se, então, a centralidade que o diagnóstico acerca da derrota da luta armada tem para a incorporação de novos temas no campo dos grupos que fizeram a opção pelas armas. Nesse sentido, não é somente a experiência de estar fora do país e em contato com outras culturas políticas e acadêmicas. A questão passa, essencialmente, pelo olhar que se lança sobre o passado imediato e a leitura negativa que é feita dos resultados obtidos pelas ações armadas entre 1968 e 1972-3.

Para a geração que atuou na luta contra o sistema político então vigente o exílio foi uma fase de descobertas, e de reavaliações de suas causas ideológicas. Uma vez derrotado, o quadro da esquerda sofreu transformações e passou a olhar para temáticas que até então eram ignoradas e menosprezadas. A mudança em seus destinos causou, em certos casos, também a mudança em suas convicções. O exílio levou os brasileiros a entrarem em contato com diferentes tendências políticas, a passagem por diversos países permitiu, por vezes, a percepção de que havia outras discussões políticas além daquelas que definiam seu lugar ideológico na luta política. Seus horizontes de expectativas podiam estar, a partir da experiência do exílio, em contradição com seu campo de experiência (Paiva, 2006, p. 33).

Dentre os temas que aparecem em publicações como *Debate*, constam o feminismo, as denúncias dos crimes cometidos pelo regime autoritário a partir de uma linguagem dos direitos humanos e a anistia. Mas o maior destaque é concedido ao tema da democracia, que passa a ocupar o centro das preocupações de boa parte das contribuições na revista *Debate* a partir da segunda metade da década de 1970.

O exílio foi o tempo e o lugar de redefinições das esquerdas. Nos anos 1960, a grande questão que as mobilizava era a revolução. Mesmo que, para determinados setores, a revolução seria alcançada por meio de um processo de reformas. O antigo confronto reforma e/ou revolução, pelo qual a social-democracia do século XIX tanto se debateu, continuava presente na América Latina. [...] A democracia não era um valor, ao contrário, era burguesa, com os dias contados, como o capitalismo. A democracia podia ser, em parte da esquerda, um instrumento para se chegar ao socialismo. Ao final do exílio, em 1979, e

na década de 80, não era mais a revolução que estava na ordem do dia, mas a democracia. Assim, as trajetórias das esquerdas no exílio têm nestes dois pólos suas referências. Da revolução à democracia, um longo caminho (Rollemberg, 2007, p. 10).

As discussões sobre democracia começam a aparecer em *Debate* a partir do número 13, de agosto de 1973. No final desta edição, tem uma chamada contra a ditadura e pela “democracia revolucionária como via para o socialismo”. Desde então, diversos números discutem a conjuntura política brasileira, apontando o estabelecimento da democracia como primeiro passo da chamada revolução brasileira. Nestas contribuições, geralmente editoriais, a revista vai sinalizando o abandono da postura de “apoio crítico à luta armada”, que marcava os números iniciais, no começo dos anos 1970.

De um grupo de “apoio crítico” à luta armada a uma organização voltada para a reestruturação do movimento comunista em novas bases. Forçada a viver no exterior pela repressão que se seguiu ao breve período de resistência armada à ditadura, uma parcela significativa de militantes brasileiros pôde se organizar tendo em vista uma ampla autocrítica dos erros do período anterior e a reformulação das concepções que os haviam originado (Editorial, n. 30, 1978, p. 3-4).

A palavra democracia aparece nos títulos de 4 contribuições, sendo a maioria delas dedicadas à análise da conjuntura política brasileira. Diferentemente de outros periódicos, que pretendem estabelecer uma reflexão teórica mais aprofundada sobre as formas da democracia, como *ECB*, *Debate* se mantém como um instrumento de intervenção direta nos assuntos que estão em pauta no momento. A revista da Editora Civilização Brasileira manteve forte preocupação com a incorporação de novas reflexões sobre o tema da democracia, desde um ponto de vista puramente conceitual. Nesse sentido, publicou contribuições de autores estrangeiros, principalmente os chamados eurocomunistas, que se preocupavam com as aproximações teóricas entre socialismo e democracia. As diferenças entre os dois veículos não se restringiam à natureza das contribuições, mais teóricas (e maiores, mais próximas do formato acadêmico) ou conjunturais, mas chegavam, principalmente, ao conteúdo das publicações. A questão fundamental que separava as linhas editoriais dos dois periódicos escolhidos aqui como exemplos de articulação entre democracia e socialismo dizia respeito à relação estabelecida com as propostas pecebistas no campo das esquerdas brasileiras. Enquanto *Encontros com a Civilização Brasileira* guardava bastante proximidade com a defesa de uma ampla frente anti-ditatorial, *Debate* era mais restritiva no que diz respeito aos atores que deveriam ser considerados parceiros nas lutas contra o regime autoritário.

As eleições legislativas de novembro de 1974 representam um marco nesse sentido. O jornal *Voz Operária*, veículo de divulgação do PCB, sustenta a posição de que era necessário aproveitar os poucos canais institucionais oferecidos pela ditadura para consolidar uma ampla opinião pública oposicionista. Em sua perspectiva, era necessário fortalecer a oposição consentida a todo custo, via crescimento eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Esta posição do PCB apareceria, de maneira mais sutil, nas páginas de *ECB*, publicação que começa a circular em 1978. Até mesmo a lista de articulistas aponta para o fortalecimento da tese de formação de uma frente ampla contra o autoritarismo e pela reconstitucionalização do país. Muitos deles eram lideranças ou intelectuais influentes em organizações da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa. Embora não fosse um órgão de divulgação do PCB, o alinhamento da revista editada por Ênio Silveira e as teses de uma parcela expressiva dos militantes comunistas era evidente.

Por outro lado, o grupo de intelectuais/militantes reunidos em torno de *Debate* se apropriou das discussões em torno do calendário eleitoral de 1974 como um momento definidor de sua identidade. Nos meses que antecedem e nos que sucedem imediatamente o pleito, os editoriais

elaboram progressivamente a defesa do que chamam de voto-programa, associando-a posteriormente à construção de uma plataforma unificada de comunistas brasileiros.

Em resumo, a tática dos marxistas-leninistas – que defendemos juntamente com todos os companheiros que, apoiando única e exclusivamente os candidatos comprometidos clara e abertamente com uma plataforma democrática conseqüente fizeram da propaganda desta plataforma o seu objetivo no processo eleitoral – foi a que chamamos de voto-programa. Podemos caracterizar esta plataforma democrática mínima tanto através do programa eleitoral dos candidatos democráticos mais significativos (alguns dos quais são publicados em apêndice a este editorial) quanto através dos próprios objetivos essenciais dos marxistas-leninistas na luta pela derrubada da ditadura, pela conquista da democracia revolucionária, via histórica do socialismo em nosso país. Esses objetivos são os seguintes: (a) direito irrestrito de greve, independência sindical, melhoria substancial das condições de existência e de trabalho das grandes massas; (b) nacionalização democrática dos setores-chave da economia; (c) convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte; (d) reforma agrária radical; (e) supressão da dominação imperialista sobre o Brasil; (f) supressão de todos os órgãos de repressão do povo e reorganização democrática das Forças Armadas nacionais com punição de todos os torturadores e agentes do terrorismo ditatorial (Editorial, n. 17, 1974, p. 6-7).

Após um período de crítica ao isolamento da opção pela resistência armada, nos números que circularam entre 1970 e 1973, o periódico passa a defender, em seus editoriais, a necessidade de uma saída democrática para o regime autoritário. Entretanto, os articulistas de *Debate* alertam para os riscos de descaracterização das esquerdas no processo de construção de uma frente anti-ditatorial. As críticas à postura do PCB frente a conjuntura eram de duas ordens: em primeiro lugar, criticava-se a crença exagerada nas instituições que funcionavam com o consentimento do regime autoritário. Em segundo, rejeitava-se o retorno à mesma estrutura de pensamento e ação que presidiu o comportamento político do PCB no período anterior ao golpe. No que tange à primeira crítica, *Debate* sustentava a necessidade de mobilização social, recusando um institucionalismo excessivo. Em sua perspectiva, o parlamento não seria um espaço definitivo para a tomada de decisão sobre o processo de transição para outro regime. Era necessário mobilizar as diferentes camadas sociais neste processo.

Donde a crítica conseqüente que desenvolvemos a posições como a que se exprimiu em Voz Operária (órgão de divulgação do PCB) de setembro de 1974, fazendo o curso do combate anti-fascista depender da correlação de forças a ser criada no parlamento como resultado das eleições que então se aproximavam (Editorial, n. 26, 1977, p. 4).

De certa maneira, esta crítica reproduz um diagnóstico identificado na crítica da luta armada, ao perceber no isolamento (militar num caso, parlamentar no outro) uma das razões para o fracasso da ação política transformadora. Este chamado à mobilização social está em consonância com um movimento produzido nas ciências sociais brasileiras dos anos setenta, de busca pelo “povo”. Na academia, assim como na militância, se tornam cada vez mais frequentes as reivindicações da necessidade de construir o trabalho – tanto o intelectual quanto o político – a partir do contato direto com as classes populares. Ao invés de propor soluções *para* os explorados, construir soluções *com* os explorados pelo modelo de produção e de organização política vigente.<sup>4</sup> Em depoimento sobre o processo de formação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), Marilena Chauí comenta o que, em seu julgamento, era a marca diferencial do instituto em relação a todo o acúmulo anterior de interpretações do Brasil:

---

<sup>4</sup> Esse movimento, bastante forte na academia das ciências sociais nos anos 1970, é bem descrito por Marco Antonio Perruso (2009).

Guardadas todas as diferenças e matizes entre os autores, no plano descritivo e interpretativo a visão do Estado e da sociedade presentes à esquerda e à direita não são muito diferentes. A diferença se reduz ao seguinte: os intérpretes à esquerda dizem que, no Brasil, o autoritarismo teve que ser a solução para os problemas do país, enquanto à direita se diz que deve ser a solução. Afora essa pequena diferença entre o dever ser e o ter que ser, as análises à direita e à esquerda são quase idênticas. A impressão deixada pelo arcabouço conceitual empregado é a de que os intérpretes de esquerda não trabalham com a idéia de contradição, mas, como os de direita, com a de privação, de falta ou de ausência. De maneira que os períodos históricos e a sociedade brasileira são explicados por aquilo que lhes falta e não por aquilo que os engendra. O Brasil é explicado segundo lhe faltem isso e aquilo, ou seja, na cabeça dos autores está a sociedade capitalista européia como paradigma de uma realidade completa em comparação com a qual a brasileira é lacunar e incompleta e o Estado vem preencher a lacuna ou a privação. Ora, o que o Cedec propõe, uma mudança de foco da análise sobre o Brasil. Ou seja, o social entra em cena novamente. Os estudos, os seminários, os debates, as publicações, as pesquisas do Cedec, ou de pessoas que fazem esse trabalho nas universidades, em outros centros, mas estão vinculadas ao Cedec, o que todos dizem é: a sociedade brasileira existe, as classes sociais existem e a luta de classes existe (Chauí e Nogueira, 2007, p. 23).

Em suma, o olhar “de cima” era uma marca também do pensamento e ação políticos das esquerdas, fortemente influenciadas pelas noções de ausência (características que faltavam a um povo considerado amorfo, sem consciência histórica) e, conseqüentemente, de vanguarda (em que uma fração esclarecida das esquerdas se responsabilizaria por conduzir os demais no processo de transformação social).

Na América Latina, além dessas referências, o quadro de discussão do tema estava também ligado, de um lado, ao que era denominado como “crise do marxismo-leninismo”, isto é, à crítica do vanguardismo leninista (e às suas variantes guerrilheiras) como modelo do partido revolucionário e, de outro, a uma reflexão sobre o populismo e o caudilhismo, marcas profundas da AL (Chauí e Nogueira, 2007, p. 13).

A percepção dos "novos agentes sociais e políticos" se dava conjugada a uma perspectiva anti-ortodoxa, pelo viés da crítica a teleologias - marxistas ortodoxas, especialmente pecebistas. Mas também pelo viés de um anti-elitismo que se voltava não só contra uma direita conservadora, mas também contra a direita liberal, já que se apostava em um movimento operário fundado em interesses mais amplos e generosos, de caráter cidadão, não meramente de enfoque utilitário, que tendesse a um corporativismo (Peruso, 2009, p. 82).

A segunda crítica de *Debate* às posições do PCB frente à conjuntura política brasileira dos anos 1970 se relaciona com a recuperação de práticas e teses que vigoraram no partido antes do golpe. Na perspectiva dos editorialistas do periódico, era preciso desconfiar da possibilidade de adesão de frações da burguesia nacional ao projeto de construção de uma democracia que realmente superasse as restrições autoritárias impostas pelo regime em curso. Em sua visão, o PCB concebera erro semelhante ao acreditar que frações da burguesia nacional poderiam se unir aos setores progressistas da sociedade na luta contra o imperialismo e o latifúndio na primeira metade da década de 1960. Apostar na formação de uma frente ampla pelas liberdades democráticas importava em risco de erro semelhante ao do período que antecedeu o movimento militar de 1964.

Nesse quadro, é possível afirmar que a identidade de *Debate* se construiu entre a crítica do aliancismo pecebista e a rejeição do militarismo das organizações armadas de orientação vanguardista. A solução encontrada, nesse contexto, foi a elaboração de uma estratégia de união dos comunistas – reunidos numa frente que deveria ter um braço legal e outro clandestino – e de apoio pontual ao MDB, de maneira a utilizar as eleições como plataforma de mobilização social. A síntese desta estratégia foi o chamado voto-programa, que buscava a divulgação de candidatos que carregassem as bandeiras da Assembleia Constituinte e da anistia aos presos e perseguidos políticos.

A partir de 1974, esta inserção na conjuntura política nacional constituiu a marca fundamental das discussões publicadas em *Debate*, que passou a construir sua identidade com base na defesa da democracia e das liberdades políticas.

## 5 Considerações Finais

O texto aqui apresentado buscou articular diversas dimensões da experiência do exílio como um caminho para a compreensão de certos debates intelectuais das esquerdas brasileiras. Longe de buscar uma relação de determinação entre a experiência exilada e a produção de pontos de vista específicos, o que se pretendeu aqui foi compreender em que medida os grupos militantes/intelectuais exilados se organizaram de maneira a produzir uma intervenção concreta no debate brasileiro.

Uma análise desta natureza exige reflexão mais ampla sobre a própria utilidade dos periódicos como fontes privilegiadas para o estudo do pensamento político e social. Nesse sentido, a articulação de diferentes ferramentas conceituais, tais como os conceitos de geração e de cultura política, representou um passo decisivo para o desenvolvimento da pesquisa.

De maneira mais específica, a revista *Debate* é um periódico que pode ser considerado exemplar em muitos sentidos. Em primeiro lugar, ela demonstra o funcionamento das redes de sociabilidade construídas por exilados brasileiros e os instrumentos que tinham à sua disposição para manter sua militância ativa e sua relação com o país de origem. Em segundo lugar, ela é representativa de um dilema que boa parte dos grupos militantes e intelectuais que se consideram parte da esquerda brasileira viveram na segunda metade da década de 1970: ao mesmo tempo em que recusam a referência de organização das esquerdas brasileiras pré-1964, o PCB, encontram no vanguardismo militarista da resistência armada uma alternativa derrotada e incapaz de propor uma saída frente ao autoritarismo. Diante desse dilema, muitos intelectuais e militantes buscam como saída a aproximação com movimentos sociais diversos, percebendo na mobilização em grande escala um caminho para a luta antiautoritária. Esse é um movimento defendido por *Debate*, que busca a política eleitoral e o trabalho de base como elementos complementares.

Não obstante, a defesa da democracia e da formação de uma frente popular anti-ditatorial não leva os articulistas de *Debate* – bem como o de outras publicações, como *ECB* – ao abandono de uma gramática revolucionária. No campo da esquerda, democracia e revolução não aparecem como polos opostos de um contínuo dentro do qual os atores políticos se posicionam. Assim sendo, a crítica do militarismo e do economicismo de algumas organizações armadas não deve ser interpretada como uma crítica da ideia de revolução, a ser substituída pela democracia como eixo estruturante da ação política.

Em texto de 1984, Francisco Weffort aborda a tensão entre democracia e revolução, discutindo a adesão dos grupos armados formados na segunda metade da década de 1960 ao vocabulário democrático. Em sua opinião, a chave para a compreensão desta adesão não se encontra numa narrativa de conversão e descoberta, mas sim no entendimento de que estes atores sempre levaram a cabo uma luta de resistência.<sup>5</sup>

---

5 Weffort afirma que “embora as simpatias pela revolução cubana venham desde os seus inícios, em 1959, as ações armadas da esquerda só começaram nove anos depois, em 1968. Sua preparação é posterior ao Ato Institucional 2, de 1965, que dissolve os partidos políticos da democracia de 1946. [...] Pretendo dizer que, qualquer que tenha sido a retórica, a luta armada daqueles anos tinha o sentido de uma luta de resistência. E ocorreu não porque em Cuba houvesse um regime socialista, mas porque havia no Brasil um regime militar. [...] Não ocorreu atividade guerrilheira no país antes de 1964, como não ocorre agora depois de iniciado o processo de transição. Aliás, o Brasil é o caso raro de um país em prolongada transição do autoritarismo para a democracia, onde não se vê nem rastros de ações violentas da esquerda. [...] A esquerda de 1968 nasce de todas estas crises. E embora o caminho que escolheu viesse a dar em mais uma derrota, o simples fato de que tenha se disposto a resistir deu início a um processo de ruptura com a tradição política brasileira e, em particular, com algumas das tradições da “velha esquerda”. O caminho das ações armadas

Concluimos, com Weffort, que o movimento produzido pela revista *Debate* e por muitos outros exilados não condiz com uma narrativa de conversão à democracia, que associa qualquer movimento de defesa revolucionária a formas igualmente autoritárias de organização da política. O próprio contato e diálogo constante sustentado pelos editores do periódico com os militantes de organizações clandestinas aponta para uma discussão aberta sobre os melhores caminhos para a construção de um esforço de resistência, incorporando a gramática democrática como uma estratégia de luta pela derrubada do regime autoritário. Para dar suporte a essa conclusão, o presente trabalho termina com mais uma citação de Weffort, associando resistência, revolução e democracia.<sup>6</sup>

### Referências

- ADORNO, Theodor. *Mínima moralia*. Reflexões a partir da vida lesada. São Paulo: Azougue, 2008.
- BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. *Vingtiemesiecle: Revue d'histoire*, Paris, n. 35, 1992, p. 67-77.
- \_\_\_\_\_. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. 349-363 p.
- CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Lua Nova*, v. 71, 2007, p.173-228.
- CRESPO, Regina Aída. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: USP/Humanitas, v. 2, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: \_\_\_\_\_. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006. 305-327 p.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 1991.
- MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. *Sociologia do conhecimento* (v. 2). Porto: Rés, 1986. 114-175 p.
- MONTENEGRO, Darlan. A esquerda contra a política: organizações guerrilheiras e renúncia à estratégia no período da luta armada. *Revista Estudos Políticos*, n. 2, 2008.

---

resultou em fracasso, mas não morreu o motivo que o inspirava: a busca de perspectivas para a construção de uma esquerda independente da política dominante. Por paradoxal que possa parecer, a verdade é que dos escombros a que se viu reduzida pela repressão, nasce uma “nova esquerda” no Brasil. Muitos dos seus sobreviventes aderiram depois aos partidos que se criam a partir de 1978, o PMDB, o PDT e, sobretudo, o PT. No PT se encontraram com um setor de ponta do sindicalismo e da esquerda de origem católica, todos em busca de uma perspectiva de ação independente para o movimento operário e para os trabalhadores em geral. [...] não tenho dúvidas de que para a maioria dos que sobreviveram à derrota, a democracia se inscreve, hoje, entre os seus primeiros objetivos. Os jovens de 1968 propunham a “derrubada da ditadura” como um meio, um primeiro passo, para o socialismo ou para a libertação nacional. Mas o que conseguiram realizar foram ações de resistência. Depois da derrota, é ainda a idéia de pôr fim à ditadura que permanece como seu objetivo. Uma vez mais na política, temos um caso em que um meio se torna um fim em si próprio” (Weffort, 1984, p. 81-82).

<sup>6</sup> Weffort lembra ainda que “O assessor americano perguntava: “por que democracia, por que não revolução?” Teria sido fácil responder-lhe que a pergunta, como formulada, importava em um equívoco. Democracia e revolução não são conceitos que se excluem reciprocamente. O nosso interlocutor americano separa a revolução da democracia como o diabo da cruz. [...] Hannah Arendt escreveu um livro inteiro para recordar aos americanos que a sua democracia nasceu de uma revolução. A lembrança deveria valer também para os revolucionários. É que Hannah Arendt vai bem mais longe. Ela busca também as perdidas origens revolucionárias das democracias inglesa e francesa, bem como as origens democráticas da revolução russa. [...] Todas as revoluções – quaisquer que possam ter sido os descaminhos autoritários dos governos e regimes a que deram origem – nascem de uma luta contra a tirania” (Weffort, 1984, p. 103-104).

- PAIVA, Tatiana Moreira Campos. *Herdeiros do exílio: memórias de filhos de exilados brasileiros da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio), 2006.
- PERRUSO, Marco Antonio. *Em busca do “novo”*: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/1980. São Paulo: Annablume, 2009.
- RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. Intelectuais no exílio: onde é a minha casa? *Dimensões*, v. 26, 2011, p.152-176.
- RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, 2005, p. 81-110.
- ROLLEMBERG, Denise. Exílio: refazendo identidades. *História Oral*, v. 2, 1999, p.39-73.
- \_\_\_\_\_. Cultura política brasileira: redefinição no exílio (1964-1979). *Hispanic Research Journal*, v. 7, n. 2, 2006, p.163-172.
- \_\_\_\_\_. Memória no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 30, 1995, p. 9-22.
- SAID, Edward. *Reflexão sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. Le discours culturel dans les revues latino-américaines de 1940 à 1970. *Cahiers du CRICCAL* (Centre de Recherches Inter universitaires sur les Champs Culturels en Amérique Latine), n. 9-10, Presses de la Sorbonne Nouvelle, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III, 1992, p. 9-16.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as ditaduras militares: uma história cruzada. *Nuevo Mundo*, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/5791> . Acesso em: 20 jul 2014.
- SIRINELLI, Jean-François. Génération et histoire politique. Vingtième Siècle. *Revue d’Histoire*, v. 22, n. 22, 1989, p. 67-80.
- \_\_\_\_\_. Effets d’age et phenomenes de generation dans le milieu intellectuel français. *Cahiers de l’IHTP*, n. 6, 1987, p. 5-19.
- TODOROV, Tzvetan. *O Homem desenraizado*. São Paulo: Record, 1999.
- WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

*Artigo recebido em: Agosto/2014.*  
*Artigo aprovado em: Dezembro/2014.*

**Pedro Benetti** ([pedrorolobenetti@gmail.com](mailto:pedrorolobenetti@gmail.com)) é doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e pesquisador da Comissão Nacional da Verdade.